

**ORIENTAÇÕES GERAIS E FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS**

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL												
EXERCÍCIO DA PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA (EPCT)	Demonstração do <b>Exercício da Plena Competência Tributária - EPCT</b> , que se constitui no cumprimento da obrigação de instituir, de prever e de arrecadar os impostos de competência constitucional do Estado. -- Comprovada por meio de apresentação de declaração do Chefe do Poder Executivo de que instituiu, previu e arrecadou os impostos de competência constitucional, com a apresentação do comprovante de remessa da declaração ao respectivo Tribunal de Contas (por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada).	Art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF) <a href="#">(link para acesso)</a> Art. 29, XVII da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 <a href="#">(link para acesso)</a>												
ISS Fonte	Devido ao município de Recife, relativo aos fatos geradores ocorridos na competência/mês anterior. -- <b>Obs:</b> Para o recolhimento do imposto devido a outros Municípios, deverá ser observado os dispositivos do respectivo Código Tributário.	Lei 15.563/1991 – Código Tributário do Município do Recife <a href="#">(link para acesso)</a>												
DS	Declaração de Serviços (DS) devida ao município de Recife, relativa ao trimestre anterior, será efetuada com base na seguinte tabela: <table><tr><th>Último algarismo do dígito verificador do CNPJ</th><th>Data-limite para entrega</th></tr><tr><td>0 e 1</td><td>15</td></tr><tr><td>2 e 3</td><td>16</td></tr><tr><td>4 e 5</td><td>17</td></tr><tr><td>6 e 7</td><td>18</td></tr><tr><td>8 e 9</td><td>19</td></tr></table> Na hipótese do dia-limite não ser dia útil, este será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. -- As NFS-e recebidas de prestadores de serviço estabelecidos <u>no Recife</u> , independente da responsabilidade ou não pelo recolhimento do ISS, <b>não devem ser lançadas na DS</b> . Já as NFS-e emitidas por prestadores de serviços estabelecidos <u>fora do Recife</u> , deverão ser lançadas na DS, caso o ISS seja devido ao município do Recife. As Notas Fiscais <u>Convencionais</u> de Serviços continuam a ser	Último algarismo do dígito verificador do CNPJ	Data-limite para entrega	0 e 1	15	2 e 3	16	4 e 5	17	6 e 7	18	8 e 9	19	Art. 6º do Decreto nº 20.298/2004 do Município do Recife. <a href="#">(link para acesso)</a>
Último algarismo do dígito verificador do CNPJ	Data-limite para entrega													
0 e 1	15													
2 e 3	16													
4 e 5	17													
6 e 7	18													
8 e 9	19													

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
<b>IRRF</b>	<p>lançadas normalmente na DS, ressalvadas as exceções previstas na legislação municipal.</p> <p>--</p> <p><b>Obs:</b> Para a Declaração de Serviços a serem apresentadas a outros Municípios, deverá ser observado os dispositivos do respectivo Código Tributário.</p> <p>Relativo aos fatos geradores ocorridos na competência/mês anterior.</p> <p>--</p> <p>Em razão do disposto na CF88 (art. 157, inciso I), o recolhimento do IRRF por parte dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas dos Estados, constitui-se em Receita Tributária Estadual, não devendo, portanto, ser recolhido através de DARF.</p> <p>--</p> <p>Os recolhimentos efetuados a partir da Conta Única do Estado, pelos órgãos e entidades usuários do sistema E-fisco, deverão ser realizados eletronicamente, por meio de OB tipo 10.</p> <p>--</p> <p>Os recolhimentos efetuados a partir de Outras Contas (contas D, contas de convênios, etc.) deverão ser realizados por meio de Documento de Arrecadação Estadual modelo 10 (DAE – 10) e contabilizados no sistema E-fisco por meio de OB tipo 17, sem efeito bancário.</p>	<p>Art. 70, inciso I, alínea “e”, da Lei nº 11.196/2005. (<a href="#">link para acesso</a>)</p> <p>--</p> <p>Art. 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988. (<a href="#">link para acesso</a>)</p> <p>--</p> <p>Art. 2º, § 1º, do Decreto Estadual nº 20.346/98. (<a href="#">link para acesso</a>)</p>
<b>PIS/PASEP</b>	<p>O pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep deverá ser efetuado até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.</p> <p>--</p> <p>Se o dia do vencimento de que trata este artigo não for dia útil, considerar-se-á antecipado o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.</p>	<p>Art. 1º da Lei nº 11.933/2009. (<a href="#">link para acesso</a>)</p>
<b>SIOPS</b>	<p>Transmissão dos dados sobre receitas totais e despesas com ações e serviços públicos de saúde para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), relativos ao bimestre anterior.</p> <p>--</p> <p>Regularidade na aplicação mínima de recursos em saúde, comprovada mediante consulta ao SIOPS.</p>	<p>Art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “b” da LC nº 101/2000 (LRF). (<a href="#">link para acesso</a>)</p> <p>Arts. XI e XXVI da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 (<a href="#">link para acesso</a>)</p>

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
<b>RGF</b>	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao quadrimestre anterior. -- Publicação do RGF de <b>todos</b> os quadrimestres do exercício financeiro vigente e do anterior e encaminhamento ao SICONFI.	Arts. 54 e 55 da LC nº 101/2000 (LRF). ( <a href="#">link para acesso</a> ) Art. 29, VIII e IX da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 ( <a href="#">link para acesso</a> )
<b>RREO</b>	Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relativo ao bimestre anterior. -- Publicação do RREO de <b>todos</b> os bimestres do exercício vigente e do anterior e encaminhamento ao SICONFI, SIOPE e SIOPS.	Arts. 52 e 53 da LC nº 101/2000 (LRF). ( <a href="#">link para acesso</a> ) Art. 29, X e XI da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 ( <a href="#">link para acesso</a> )
<b>CONTAS ANUAIS (ECA)</b>	<b>Encaminhamento das Declarações das Contas Anuais - ECA</b> (Demonstrativos Contábeis citados na Lei nº 4.320/1964) para a consolidação das contas dos Entes da Federação relativas aos 5 (cinco) últimos exercícios, cujo registro é procedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).	Art. 51, § 1º da LC nº 101/2000 (LRF). ( <a href="#">link para acesso</a> ) Art. 29, XII da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 ( <a href="#">link para acesso</a> )
<b>SIOPE</b>	Transmissão dos dados comprobatórios da aplicação anual na manutenção e desenvolvimento do ensino do percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), relativos ao exercício anterior.	Art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b" da LC nº 101/2000 (LRF). ( <a href="#">link para acesso</a> ) Art. 29, XI da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 ( <a href="#">link para acesso</a> )

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
<b>MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS (MSC)</b>	<p>MSC corresponde a uma estrutura padronizada para transferência de informações primárias de natureza contábil, orçamentária, e fiscal dos entes da federação.</p> <p>--</p> <p>De validade mensal, deverá ser encaminhada até o último dia do mês seguinte ao de referência, sendo exigíveis todas as matrizes do exercício em curso e dos 4 imediatamente anteriores, com série histórica iniciando-se em 2018.</p> <p>--</p> <p>A partir dos dados contidos nas MSC enviadas pelos entes da Federação, o Siconfi irá gerar automaticamente os rascunhos de alguns Anexos do RREO e RGF.</p>	<p>Art. 48, § 2º da LC nº 101 /2000 (LRF)</p> <p><a href="#">(link para acesso)</a></p> <p>Art. 29, XIII da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023</p> <p><a href="#">(link para acesso)</a></p>
<b>CADASTRO DA DÍVIDA PÚBLICA (CDP)</b>	<p>O encaminhamento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios das informações para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa serão inseridas no Cadastro da Dívida Pública (CDP) do SADIPEM, anualmente, até 30 de janeiro, com a posição de 31 de dezembro do exercício anterior.</p>	<p>Art. 3º da Portaria STN 569 de 14 de agosto de 2018</p> <p><a href="#">(link de acesso)</a></p> <p>Art. 29, XIV da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023</p> <p><a href="#">(link para acesso)</a></p>
<b>DCTF WEB</b>	<p>Art. 6º <b>A DCTFWeb mensal</b> deverá ser apresentada <b>até o último dia útil do mês seguinte</b> ao da ocorrência dos fatos geradores</p> <p>Art. 7º Além da DCTFWeb mensal, deverão ser apresentadas as seguintes declarações específicas:</p> <p>I - <b>DCTFWeb anual</b>, para a prestação de informações relativas ao décimo terceiro salário, a qual deverá ser transmitida até o dia 20 de dezembro de cada ano ou, caso este recaia em dia não útil para fins fiscais, até o dia útil imediatamente anterior;</p>	<p>Arts. 6º e Art 7º da Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024</p> <p><a href="#">(link para acesso)</a></p>
<b>EFD-REINF</b>	<p>Art. 6º A EFD-Reinf deverá ser transmitida ao Sped mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês a que se refere a escrituração.</p> <p>§ 2º O prazo a que se refere o caput será postergado para o primeiro dia útil subsequente ao dia 15 (quinze), quando este cair em dia não útil para fins fiscais.</p>	<p>Instrução Normativa RFB Nº 2043/2021</p> <p><a href="#">(link de acesso)</a> e alterações posteriores</p>
<b>REGULARIDADE</b>	Regularidade quanto à concessão ou à manutenção de incentivos fiscais, pelos Estados ou pelo Distrito	LC nº 160/2017

<b>QUANTO A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS (CONFAZ)</b>	Federal, sendo sua comprovação verificada por meio da informação do Conselho Nacional de Política Fazendária.	<a href="#">(link de acesso)</a>
<b>E-SOCIAL</b>	A folha de pagamento, com eventos por trabalhador, deve ser enviada compondo um movimento com prazo para transmissão e fechamento até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao do período de apuração, postergando-se este prazo para o primeiro dia útil quando cair em dia não útil para fins fiscais.	Manual de Orientação do Esocial <a href="#">(link de acesso)</a> Legislação Consolidada <a href="#">Legislação — eSocial</a>

#### Dúvidas?

Ligue para (81) 3183.0896

Envie e-mail para [regularidade@cge.pe.gov.br](mailto:regularidade@cge.pe.gov.br).

Consulte o sistema SCGEOrienta: [www.scgeorienta.pe.gov.br](http://www.scgeorienta.pe.gov.br).

Acesse o Manual de Regularidade Estadual ([link de acesso](#)).